João Pessoa, v. 24, n. 56, maio.-ago., 2025

Cidade Cosmofóbica? Crítica contra-colonial à urbanização capitalista

EIDELWEIN, Tamires*
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo.
https://orcid.org/0000-0002-1935-1746

SILVEIRA, Gabriel Eidelwein**
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/São Borja-RS.
https://orcid.org/0000-0002-9149-0732

VERONESE, Osmar***
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santo Ângelo.
http://orcid.org/0000-0001-9927-7242

Resumo: Este ensaio teórico reflete sobre a colonialidade da urbanização capitalista, caracterizada pela "cosmofobia", a qual exclui outros modos culturais de se viver, de se ocupar o espaço e de se relacionar com o ambiente e a multiplicidade dos seres que o habitam. Revisando conceitos de Lefebvre (2001), Brenner (2018) e Nêgo Bispo (SANTOS, 2023), o texto está dividido em três partes. Inicialmente, discutimos a formulação do direito à cidade como resistência à urbanização neoliberal e problematizamos sua instrumentalização pela lógica da mercantilização e do crescimento econômico. Em seguida, diferenciamos a crítica decolonial acadêmica da crítica contra-colonial quilombola e exploramos o conceito de colonização formulado por Nêgo Bispo. Finalmente, examinamos a visão crítica contra-colonial do pensador quilombola sobre a vida no espaço urbano capitalista, marcada pela cosmofobia e pela desconexão.

Palavras-chave: *Direito à cidade; Desenvolvimento urbano; Contra-colonialidade; Cosmofobia.*

* Doutoranda em Direito (URI/Santo Ângelo). Doutoranda em Direito. Bolsista PROSUC/CAPES. Advogada. Membra do Grupo de Pesquisa Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. E-mail: tamidarosa@gmail.com

** Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS/UFPI. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Poder Judiciário e Política (JUPOL). E-mail: gabrielsilveira@unipampa.edu.br

*** Doutor em Modernización de las Instituciones y Nuevas Perspectivas en Derechos Fundamentales, Universidad de Valladolid. Professor do PPGDireito. Procurador da República/MPF. Líder do Grupo de Pesquisa Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. E-mail: osmarveronese@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

DOI:https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n56.76092

Cidade cosmofóbica? Crítica contra-colonial à urbanização capitalista

Tamires Eidelwein
Gabriel Eidelwein Silveira
Osmar Veronese

Mas o mundo foi rodando, nas patas do meu cavalo,
e nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando…
As visões se clareando, até que um dia acordei!

Então, não pude seguir, valente lugar-tenente,
de dono de gado e gente, porque gado a gente marca,
tange, ferra, engorda e mata; mas com gente é diferente!

Geraldo Vandré e Theo de Barros

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma reflexão crítica sobre a urbanização capitalista e suas intersecções com a colonialidade, partindo de uma análise teórica acerca do direito à cidade, da ideologia do desenvolvimento e da crítica contra-colonial à cidade capitalista.

Partimos do seguinte problema de pesquisa: como a ideologia do desenvolvimento e a colonialidade formatam o "direito à cidade", convertendo-o em dispositivo de mercantilização do espaço e de exclusão cosmofóbica de modos de vida não hegemônicos? Essa indagação se ancora na crítica ao avanço da urbanização capitalista e à captura do direito à cidade pela colonialidade, inclusive em registros "progressistas", bem como na denúncia da cosmofobia enquanto matriz de desconexão do urbano em relação à pluralidade da vida.

Como hipóteses de trabalho, assumimos que: (a) a política urbana - mesmo quando revestida de "humanismo" - permanece colonizada pelo desenvolvimentismo e subordina o bem-estar aos

imperativos do capital; (b) a cosmofobia opera como dispositivo cultural de "desconexão" do espaço urbano capitalista em relação aos ciclos integrados da vida social e natural; (c) a crítica contra-colonial quilombola, em Nêgo Bispo, oferece um deslocamento epistêmico importante, possibilitando recolocar o debate do "direito à cidade" na problemática do território como pertencimento, interdependência e envolvimento com os ciclos da existência.

Este ensaio teórico busca problematizar criticamente o "direito à cidade", contrastando leituras da sociologia urbana "clássica" (Lefebvre; Brenner) com o pensamento quilombola de Nêgo Bispo. Assim, nosso percurso metodológico envolveu três momentos: (a) revisão crítico-bibliográfica e reconstrução conceitual do direito à cidade e da urbanização neoliberal; (b) distinção teórico-conceptual entre colonialismo/colonialidade e entre decolonialidade/contra-colonialidade; (c) derivação de categorias analíticas da noção de colonização em Bispo (seis dimensões) e construção de contrastes comparativos (Tabelas 1 e 2) entre a lógica urbana colonizada e a cosmovisão quilombola.

Desta forma, o texto que se lê está organizado em três partes: No capítulo "Direito à Cidade, Desenvolvimento e Colonialidade da Política Urbana", discutimos a formulação do direito à cidade como uma reivindicação política e social diante da urbanização capitalista, explorando as ideias de Lefebvre (2001) e Brenner (2018). Ao mesmo tempo, questionamos a colonialidade presente na ideologia do desenvolvimento urbano, evidenciando como a mercantilização do espaço e a governança neoliberal subordinam o bem-estar social aos imperativos do crescimento econômico.

Em seguida, no capítulo "Situando a Contra-Colonialidade de Nêgo Bispo", distinguimos as críticas decolonial e contra-colonial. A partir disso, abordamos o conceito de colonização formulado por Bispo e suas dimensões analíticas, bem como traçaremos o contraste entre a lógica da urbanização colonizada e a cosmovisão quilombola

contra-colonial.

Finalmente, no capítulo "Cosmofobia e Desconexão: Crítica Quilombola à Lógica da Vida nas Cidades", estudamos especificamente as polêmicas e provocações de Nêgo Bispo, articuladas na obra *A terra dá, a terra quer*, em relação à vida nas cidades, criticando a sua ideologia cosmofóbica. Assim, em meio à crise urbana contemporânea, a reflexão contra-colonial nos convida a repensar a própria necessidade da forma de viver, habitar e se relacionar com o ambiente e a natureza com a qual estamos acostumados.

2 DIREITO À CIDADE, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE DA POLÍTICA URBANA

Neste capítulo, abordaremos a relação entre a política urbana e a ideologia do desenvolvimento, refletindo sobre como a cidade capitalista se estrutura sobre desigualdades, exclusões e instrumentalização da vida. Para isso, iniciaremos introduzindo a temática do direito à cidade em Lefebvre (2001) e a análise de Brenner (2018) sobre a cidade como um território estratégico de acumulação, controle e conflito. Finalmente, indagamos a respeito da colonização da política urbana, pela qual a ideia de desenvolvimento subordina o bem-estar social aos imperativos do crescimento econômico, denunciando o desenvolvimento urbano como uma ideologia colonial.

No clássico *O Direito à Cidade*, Henri Lefebvre (2001) apresenta o direito à cidade como uma reivindicação política e social diante do avanço da urbanização capitalista. O filósofo e sociólogo francês argumenta que a industrialização transformou profundamente as cidades, subordinando-as à lógica do mercado e da especulação imobiliária, o que resultou na fragmentação dos espaços urbanos e na exclusão de populações marginalizadas.

Lefebvre (2001) critica o crescimento desordenado das metrópoles, que levou à segregação social e à destruição da

urbanidade, ou seja, da vida coletiva e democrática no espaço urbano. Para o autor, a cidade deve ser reapropriada pelos cidadãos, deixando de ser um mero espaço de consumo e voltando a ser um lugar de encontros, trocas e participação popular. Ele propõe que o direito à cidade seja entendido como um direito coletivo de transformar e reinventar o espaço urbano, em oposição às dinâmicas capitalistas que mercantilizam a cidade.

Por sua vez, na obra *Espaços da Urbanização*, Neil Brenner (2018) aprofunda a análise crítica sobre a urbanização no contexto do capitalismo global, destacando que as cidades não são apenas espaços de habitação e produção, mas também territórios estratégicos de controle, conflito e resistência. Inspirado em autores como Lefebvre (2001), Harvey (1973; 1989) e Castells (2006; 2014), Brenner argumenta que a urbanização capitalista transforma as cidades em centros de acumulação e especulação, intensificando desigualdades sociais e ambientais.

O teórico estadunidense do urbanismo ainda destaca que a urbanização neoliberal tem significado um processo de mercantilização extrema, onde a própria cidade se torna um produto negociável. Para ele, é necessário fortalecer as alternativas radicais, que questionem a estrutura neoliberal e busquem cidades mais justas, sustentáveis e voltadas ao bem comum.

Nesta ordem de ideias, a cidade é vista como um espaço de conflito, onde os desfavorecidos lutam pelo direito de existir e se apropriar do território, enquanto a classe dominante busca controlar e explorar os recursos urbanos para benefício próprio. Sob a lógica da urbanização neoliberal, esse controle não apenas aprofunda desigualdades sociais, mas também destrói o meio ambiente e restringe o acesso aos bens comuns. É nesse contexto que Brenner (2018) aponta a urgência de uma transformação política e social das cidades, reivindicando um espaço urbano voltado ao bem comum, e não apenas ao lucro. Segundo o autor:

> É (...) o "ponto de colisão" entre as mobilizações dos desfavorecidos, os descontentes e os desapossados, por um lado e, por outro lado, as estratégias da classe dominante para instrumentalizar, controlar e colonizar recursos sociais e ecológicos comuns, incluindo o direito à própria cidade, em benefício dos poucos. Conforme tais lutas sobre a forma atual e futura de nossas cidades se intensificam, esperamos que os teóricos urbanos críticos continuem a contribuir para esclarecer o que precisa ser entendido e o que precisa ser feito para forjar uma alternativa radical, senão revolucionária, ao status quo desastroso, social e ambientalmente destrutivo da urbanização neoliberal mundial. O slogan "Cidades para pessoas, sem fins lucrativos", pretende, portanto, dar um alívio absoluto ao que consideramos um objetivo político central para os esforços em andamento, ao mesmo tempo teóricos e práticos, para enfrentar as crises do nosso tempo (BRENNER, 2018, p. 51 - supressão nossa).

No caso do Brasil, observamos que o artigo 182 da Constituição (1988), que trata da Política Urbana, prevê o dever do poder público municipal de executar a "política de desenvolvimento urbano", com o objetivo de garantir o "bem-estar dos habitantes da cidade". Entretanto, percebe-se que a política urbana subordina o bem-estar dos habitantes à ideologia do desenvolvimento. Conforme Coelho e Cunha:

> O **direito à cidade precisa ser descolado do desenvolvimento** para que este sentido de vida urbana não seja previamente dado, como fórmula imposta. O sentido de vida urbana tem que ser aberto para que possa ser preenchido desde as experiências, as realidades e as necessidades das cidades brasileiras, ou melhor, das pessoas que as habitam - lembrando sempre que sociedade é espaço (...). Há aí um problema estrutural de **negativa de status de cidadania/humanidade** que opera nuclearmente através do racismo e da colonialidade do poder, e por meio do direito. O nosso argumento é de que enquanto não **desassociarmos a potência do direito à cidade da lógica do desenvolvimento urbano**, seremos incapazes de superar essa estrutura (COELHO; CUNHA, 2020, p. 554 - destaques nossos).

Mesmo quando pensada como "humanizada", a política urbana contemporânea é profundamente colonizada pelo capitalismo, sendo moldada por uma ideologia de desenvolvimento entendido exclusivamente como crescimento econômico. Em vez de priorizar a construção de cidades voltadas à convivência comunitária, à cidadania e à sustentabilidade, a governança urbana se alinha aos interesses do mercado imobiliário e das grandes corporações,

convertendo o espaço urbano em um ativo financeiro.

Esse modelo reforça desigualdades, expulsa populações vulneráveis e subordina as decisões sobre o uso do solo à lógica da especulação e da acumulação. Mesmo propostas de planejamento urbano "progressistas" encontram dificuldades para escapar desse sistema, pois operam dentro da lógica da colonialidade. Nesse sentido, como aponta Brenner (2018), até os designers mais radicais se veem enredados nesse contexto político-institucional, no qual o crescimento econômico é tratado como um fim em si mesmo e os interesses corporativos dominam as decisões urbanas:

> Hoje em dia, até mesmo os *designers* mais radicais também se veem enredados nos contextos político-institucionais em que trabalham, contextos esses geralmente definidos pelos imperativos naturalizados da **política econômica urbana orientada para o mercado** e para o **crescimento "acima de tudo"** e das abordagens de governança urbana nas quais os interesses corporativos e de incorporação imobiliária mantêm controle hegemônico sobre os regimes locais de uso do solo (BRENNER, 2018, pp. 194-195 - destaques nossos).

A crítica contra-colonial, que será desenvolvida adiante, evidencia que o desenvolvimento urbano, ainda que revestido de um discurso humanista, permanece intrinsecamente colonial, pois reproduz um modelo de cidade onde as relações sociais são instrumentalizadas pelo capital. No espaço urbano capitalista, as pessoas vivem apenas para existir, enquanto sejam "úteis", quer dizer, enquanto possam ser exploradas pelo capital, numa lógica que sustenta a acumulação e a desigualdade. A cidade, ao se organizar sob a ideologia do desenvolvimento, transforma-se num território onde a vida é subordinada ao lucro, onde a moradia, o trabalho e a própria circulação são mercantilizados e hierarquizados. Ainda que políticas urbanas tentem amenizar essa realidade com propostas progressistas, permanecem presas à lógica da colonialidade, pois operam dentro do sistema que naturaliza a especulação, a segregação e o crescimento econômico como princípios incontestáveis.

Em contraste, para o pensamento contra-colonial, o

"humanismo" que embasa essas políticas não é solução, mas parte do problema, pois carrega consigo a "cosmofobia", ou seja, a negação das múltiplas formas de existência e dos modos de vida que não se encaixam na estrutura urbana capitalista. Assim, enquanto a cidade colonizada se estrutura sobre a separação, a artificialização e a instrumentalização da vida, a crítica contra-colonial propõe um horizonte onde o direito ao território não seja mediado pela exploração, mas pelo pertencimento, pela interdependência e pelo envolvimento com os ciclos da existência.

Concluímos, neste capítulo, que a política urbana, mesmo quando revestida de um discurso progressista e humanista, permanece colonizada pela ideologia do desenvolvimento, subordinando o direito à cidade aos imperativos do capital. A cidade moderna, organizada como um território de especulação e controle, reforça desigualdades e subalterniza formas de vida não-hegemônicas. Para além da crítica à urbanização neoliberal, é preciso interrogar as próprias bases coloniais da política urbana. É nesse sentido que, no próximo capítulo, adentraremos o pensamento contra-colonial de Nêgo Bispo, cuja crítica não busca (apenas) descolonizar estruturas existentes, mas afirmar modos de vida ancestrais que nunca se submeteram à lógica colonial, revelando uma outra maneira de habitar o mundo.

3 SITUANDO A CONTRA-COLONIALIDADE DE NÊGO BISPO

Neste capítulo, abordaremos o pensamento contra-colonial de Nêgo Bispo, situando sua concepção de colonização como um processo de destruição da autonomia dos povos e imposição de uma nova estrutura de vida controlada pelo colonizador. Para isso, inicialmente, diferenciaremos "colonialismo" e "colonialidade", esclarecendo como o primeiro se refere à dominação política e econômica direta, enquanto a segunda representa a continuidade das hierarquias, violências e mentalidades coloniais mesmo após as independências nacionais formais. Em seguida, distinguiremos a

crítica “decolonial”, que busca desconstruir as marcas do colonialismo nas ex-colônias, da “contra-colonialidade”, representada pelo pensamento de Nêgo Bispo, que reafirma a potência de modos de vida (como o quilombola) que nunca foram completamente colonizados, operando na resistência ativa e na afirmação das suas epistemologias contra-hegemônicas. Finalmente, com base nestas ideias, proporemos um contraste comparativo entre a lógica urbana colonizada e a cosmovisão quilombola contra-colonial.

Sabemos que a crítica acadêmica decolonial - a qual remete ao Grupo Modernidade/Colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, 2007; DUSSEL, 1999; DUSSEL, 2000; LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2022; QUIJANO, 2005) - desenvolveu o estudo crítico e a denúncia da “colonialidade”, entendida como os efeitos sociais e políticos duradouros e de longo prazo do “colonialismo” em Abya Yala, mesmo após as independências das colônias, em suas múltiplas dimensões: “colonialidade do poder”, que mantém desigualdades políticas e econômicas globais; “colonialidade do saber”, que impõe a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e deslegitima epistemologias indígenas e amefricanas; “colonialidade do ser”, que desumaniza sujeitos racializados e os submete a um status de subalternidade; “colonialidade do gênero”, que reproduz a opressão patriarcal e colonialista sobre corpos femininos e dissidentes; e “colonialidade da natureza”, que impõe uma relação exploratória e extrativista com o meio ambiente, apagando as visões holísticas e sustentáveis dos povos originários.

Assim, o “colonialismo” refere-se à dominação direta, política e econômica, de um território e sua população por uma potência estrangeira, geralmente vinculada à exploração de recursos e ao controle administrativo. Já a “colonialidade” vai além da ocupação territorial, persistindo mesmo após o fim formal do colonialismo, estruturando hierarquias raciais, epistemológicas e culturais que

sustentam o poder global. Nas palavras de Aníbal Quijano:

> Colonialidad es un concepto diferente, aunque vinculado con el concepto de **colonialismo**. Este último se refiere estrictamente a una **estructura de dominación y explotación**, donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad, y cuyas sedes centrales están, además, en otra jurisdicción territorial. Pero no siempre, ni necesariamente, implica relaciones racistas de poder. El colonialismo es, obviamente, más antiguo, en tanto que la **colonialidad** ha probado ser, en los últimos quinientos años, más profunda y duradera que el colonialismo. Pero sin duda fue engendrada dentro de éste y, más aún, sin él no habría podido ser impuesta **en la intersubjetividad del mundo**, de modo tan enraizado y prolongado (QUIJANO, 2014, p. 285 - destaques nossos).

Por sua vez, o pensamento de Nêgo Bispo, enquanto representante da cosmovisão quilombola, se posiciona como "contra-colonial" (SANTOS, 2015), possuindo, portanto, algumas relações com o pensamento "decolonial", mas mantendo-se distinto deste. A distinção básica essencial entre os dois movimentos está em que a "decolonialidade" busca desconstruir as marcas do colonialismo internalizado, enquanto a "contra-colonialidade" afirma e fortalece modos de vida que nunca foram totalmente colonizados.

A "decolonialidade" refere-se ao processo pelo qual sujeitos e coletividades que foram submetidos à colonização buscam a desconstrução das estruturas coloniais internalizadas, tanto no campo epistemológico quanto no sociopolítico. Esse movimento implica na superação das marcas do colonialismo, promovendo uma reorganização da identidade e das práticas culturais que foram historicamente subordinadas. Assim, indivíduos e grupos que foram assimilados pelo sistema colonial e por seus desdobramentos modernos necessitam, segundo essa perspectiva, empreender um esforço contínuo para reivindicar suas epistemologias, práticas e modos de existência como alternativa ao modelo hegemônico.

Por outro lado, o "contra-colonialismo", como delineado por Nêgo Bispo (SANTOS, 2015), não se refere ao processo de desconstrução do colonialismo a partir de dentro, mas de uma forma de resistência ativa e contínua daqueles que nunca foram

completamente colonizados. No caso dos povos quilombolas, por exemplo, a colonização não foi um fenômeno totalmente consumado, pois essas comunidades mantiveram, ao longo dos séculos, modos de vida, práticas espirituais, cosmovisões e estruturas comunitárias autônomas, em contraposição à lógica colonial. Desta forma, ao invés de lutar para se descolonizar, como fazem os decoloniais, os contra-coloniais operam na afirmação e fortalecimento de seus modos próprios de existência, confrontando ativamente o colonialismo sempre que este ameaça sua autonomia. Nas palavras do próprio pensador quilombola:

> Se você foi colonizado e isso te incomoda, você vai precisar lutar para se descolonizar e descolonizar os seus. Isso é a função da decolonialidade. Eu sou quilombola, eu não fui colonizado. Porque, se eu tivesse sido colonizado, eu seria um negro incluído na sociedade brasileira. Então, no meu caso, eu tenho que contracolonizar - contrariar o colonialismo (SANTOS *apud* ABUD, 2023).

Neste contexto da formulação da crítica contra-colonial, convém analisar como o pensador quilombola interpreta e define a "colonização". Nêgo Bispo possui sua própria concepção da colonização, a qual pode ser elaborada como um conceito teórico. Em resumo, para o autor, colonizar é um processo de desconstrução da existência autônoma e livre de um povo ou ser, substituindo-a por uma nova estrutura de vida imposta e controlada pelo colonizador. É um método que envolve violência simbólica e material, promovendo a submissão e exploração através da destruição da cultura original e da implantação de um novo regime de valores e práticas. O autor explica sua concepção da violência colonial realizando uma analogia com o trabalho de adestramento do gado:

> Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta (SANTOS, 2023, p. 2).

Desta citação, podemos derivar o **conceito de colonização** implicado no raciocínio do autor. Desta maneira derivamos que, no pensamento de Nêgo Bispo, a colonização consiste num processo de dominação impondo ao colonizado a sua desterritorialização, quebra de identidade, desconexão cosmológica, desvinculação com o sagrado, imposição de novos modos de vida, renomeação e apagamento da memória. Assim, para fins metodológicos, podemos desdobrar o conceito de "colonização" de Nêgo Bispo em seis dimensões analíticas:

1. **Desterritorialização** - O primeiro ato do colonizador é remover o ente colonizado de seu espaço original, rompendo seus vínculos com seu território e ambiente natural. Esse processo desestabiliza a autonomia e a organização da vida desse ente.
2. **Quebra de identidade** - A colonização busca desconfigurar a identidade original do sujeito ou da coletividade, desarticulando suas referências culturais e espirituais.
3. **Desconexão cosmológica** - Ao afastar o colonizado de suas cosmologias, o colonizador impede que ele compreenda o mundo a partir de suas próprias concepções ancestrais e existenciais.
4. **Desvinculação dos Sagrados** - A colonização implica a supressão dos vínculos espirituais do colonizado, separando-o de suas práticas religiosas e crenças originais.
5. **Imposição de novos modos de vida** - Uma vez que o colonizador destrói as formas de vida autônomas do colonizado, ele impõe um novo modelo de existência, adequado às necessidades e interesses do sistema colonizador.
6. **Renomeação e apagamento da memória** – O colonizador impõe novos nomes e categorias ao colonizado, o que funciona como uma tentativa de substituir a memória ancestral por uma nova narrativa conveniente ao projeto colonizador.

Nesta perspectiva, a contra-colonialidade se estabelece como resistência ativa contra essas violências constitutivas da colonização, afirmando modos de existência enraizados na autonomia territorial, na continuidade das práticas ancestrais e na relação comunitária com o mundo. Desta forma, ao problematizarmos a questão urbana a partir da perspectiva crítica contra-colonial, emergem contrastes muito eloquentes: enquanto a cosmovisão urbana é colonizada, reproduz a fragmentação, o individualismo e a hierarquização impostos pelo colonialismo, a cosmovisão quilombola contra-colonial opera a partir da circularidade, da interdependência e da organicidade das relações, recusando a lógica da exclusão e da acumulação que estrutura as cidades e seus condomínios murados, substituindo-a por uma ética de confluência, partilha e conexão com os ciclos da vida e da natureza.

TABELA 1 - Contraste: lógica urbana colonizada e cosmovisão quilombola contra-colonial

Dimensão	Lógica Urbana Colonizada	Cosmovisão Quilombola Contra-Colonial
Estrutura das relações	Fragmentação	Circularidade
Posição do sujeito	Individualismo	Interdependência
Organização social	Hierarquização	Organicidade
Sentido da ocupação do espaço	Acumulação (implicando exclusão)	Compartilhamento
Modo de ocupação do espaço	Segregação (ex. condomínios murados)	Relação comunitária
Relação com a natureza	Dominação e exploração	Conexão com os ciclos da vida e da natureza
Base epistemológica	Colonialidade do saber	Ancestralidade

Fonte: autoria própria.

De forma didática, pode-se descrever o contraste entre a lógica urbana colonizada e a cosmovisão quilombola contra-colonial, conforme a Tabela 1. Quanto à estrutura das relações, a lógica urbana

baseia-se na fragmentação, pois separa indivíduos, funções sociais e espaços, promovendo isolamento e competição. Em contraste, a cosmovisão quilombola valoriza a circularidade, promovendo relações contínuas e integradas entre pessoas, territórios e saberes, com base na reciprocidade e na coletividade.

Em relação à posição do sujeito, o modelo urbano fomenta o individualismo ao promover o ideal do *self-made man*, isolado e pretensamente autônomo, a propriedade privada e a lógica do "cada um por si" e da meritocracia. Já a perspectiva quilombola enfatiza a interdependência, entendendo o sujeito como parte de uma rede comunitária onde a vida se sustenta por meio da cooperação, do cuidado mútuo e da responsabilidade coletiva.

Quanto à organização social, observa-se a hierarquização no contexto urbano, marcada por relações verticalizadas, com divisão rígida de poder, status e funções sociais. Em oposição, nas comunidades quilombolas, predomina a organicidade, ou seja, uma dinâmica relacional mais fluida, onde os papéis sociais se constroem a partir do respeito mútuo, da vivência comum e da ancestralidade e do pertencimento.

Quanto ao sentido da ocupação do espaço, a lógica urbana visa a acumulação, transformando a terra e os imóveis em mercadorias concentradas nas mãos de poucos, o que gera exclusão e negação do acesso à maioria. Em contraste, a cosmovisão quilombola promove o compartilhamento, entendendo o território como bem comum, voltado à vida coletiva e à sustentação de todos, sem propriedade excludente.

O modo de ocupação também difere: o urbano se expressa na segregação, com espaços fechados como condomínios murados que reforçam a separação social e territorial. Já o modo quilombola se organiza por meio da relação comunitária, com territórios abertos à convivência, ao apoio mútuo e ao uso coletivo, fortalecendo vínculos entre moradores e com o ambiente.

A relação com a natureza, por sua vez, é de dominação e exploração na lógica urbana, que trata o ambiente como recurso a ser

extraído e controlado, desconsiderando seus limites e ritmos. Em contraste, nas comunidades quilombolas, há uma conexão com os ciclos da vida e da natureza, baseada no respeito à pluralidade dos seres, na escuta dos tempos naturais e na convivência harmônica com o território.

Por fim, a base epistemológica revela o núcleo do contraste: a urbanização colonizada se ancora na colonialidade do saber, isto é, em conhecimentos impostos pelo pensamento ocidental dominante (ideologia burguesa, cientificismo, tecnocracia, etc.), que deslegitima outras formas de saber. Em contrapartida, a cosmovisão contra-colonial se funda na ancestralidade, valorizando saberes enraizados na experiência histórica dos povos quilombolas, transmitidos oralmente e vividos no cotidiano comunitário.

Desta forma, compreendemos que a contra-colonialidade, conforme articulada por Nêgo Bispo, não apenas denuncia a colonialidade persistente nas formas urbanas de vida, mas também afirma com vigor modos de existência sustentados na autonomia, ancestralidade e comunalidade. Ao evidenciar os contrastes entre a lógica urbana colonizada e a cosmovisão quilombola, reconhecemos que resistir ao colonialismo implica também cultivar e fortalecer mundos outros, que nunca se renderam à lógica do capital. Reconheçamos, portanto, como a "cosmofobia" e a desconexão com o sagrado e a natureza revelam os limites estruturais do urbanismo capitalista e abrem caminhos para uma ética do envolvimento, da pluralidade e da reconexão.

4 COSMOFOBIA E DESCONEXÃO: CRÍTICA QUILOMBOLA À LÓGICA DA VIDA NAS CIDADES CAPITALISTAS

Neste capítulo, estudaremos uma perspectiva crítica sobre o urbano, seu modo de vida sintético e sua cosmovisão "monoteísta", a partir da epistemologia quilombola, conforme exposta pelo pensador quilombola piauiense Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, em *A*

terra dá, a terra quer (SANTOS, 2023)**.** A obra inicia com a descrição da cidade como um espaço "cosmofóbico", quer dizer, um espaço artificial e asséptico onde podem viver apenas os seres humanos e todas as outras formas de vida devem perecer. Nas palavras do autor:

> O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída (SANTOS, 2023, p. 8).

O que causa a desconexão dos seres humanos com a natureza é a "cosmofobia", o medo cultural e a rejeição das múltiplas manifestações do sagrado na natureza, resultado da imposição do monoteísmo, centralizando a espiritualidade em um ser único e transcendente. Na cosmovisão quilombola, semelhante às cosmovisões indígenas neste sentido, o sagrado é imanente ao mundo e plural. Porém, a cosmofobia das cidades deslegitima as cosmovisões que reconhecem a sacralidade plural dos seres e dos elementos do mundo. Nas palavras do autor:

> Os humanos não se sentem como entes do ser animal. Essa desconexão é um efeito da cosmofobia. A cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmofobia? A contracolonização. Ou seja, o politeísmo, porque a cosmofobia é germinada dentro do monoteísmo. Se deixamos o monoteísmo e adentramos o politeísmo, nos imunizamos (SANTOS, 2023, p. 9).

O "monoteísmo" imposto pelo colonialismo e que causa a desconexão vivida nas cidades, de que fala Bispo, não se refere apenas ao aspecto teológico ou espiritual. Sobretudo, o "monoteísmo" se refere metaforicamente à monocultura que dirige o modo de vida urbano de modo unidirecional segundo aos valores burgueses. A cidade é um cosmos em que todas as formas de vida estão subordinadas à lógica "monoteísta" do capital. Nas palavras do pensador quilombola, "os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza. As cidades são estruturas

colonialistas" (SANTOS, 2023, p. 10).

No contexto urbano capitalista, a desconexão das pessoas com a produção do próprio espaço se manifesta de forma evidente na questão da moradia. Diferente de sociedades onde a construção da casa é um processo comunitário e autônomo, no modelo urbano moderno, os indivíduos não possuem nem o conhecimento técnico para construir suas próprias casas, nem os recursos financeiros para adquiri-las, ficando dependentes de um sistema mercantilizado que transforma a moradia em um bem inacessível para muitos. Neste contexto, Nêgo Bispo comenta seu espanto, ao chegar pela primeira vez na cidade grande e se deparar com a problemática da moradia:

> A cidade era outro mundo. Nas cidades, as pessoas não sabiam fazer suas próprias casas, como sabíamos fazer no lugar de onde viemos. Não sabiam e ficavam dependendo de outros que as fizessem por elas. Onde nasci e fui criado, todo mundo tinha casa. Só não tinha casa quem não queria (...). Mas na cidade não era assim. As pessoas dependiam de casas que não sabiam fazer. Onde nasci e fui criado, desde criança, íamos observando, achávamos um lugar bonito, criávamos uma relação, uma comunicação com o lugar. E marcávamos: "Vou fazer a minha casa aqui". Eu não precisava pagar para fazer a minha casa. Pelo contrário, no dia de fazer a casa, havia um grande mutirão, vinha todo mundo! Era uma festa, e fazíamos uma casa muito rapidamente. Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo (...) (SANTOS, 2023, pp. 9-10 - supressões nossas).

Outra contradição, apontada por Bispo, está no fato de que, nas cidades capitalistas, as pessoas que trabalham são as mais empobrecidas. Assim, por exemplo, um engenheiro ganha mais que um pedreiro, embora não realize o trabalho pesado. "Para nós, a profissão de engenheiro é desnecessária, ela só existe na lógica de uma sociedade eurocristã monoteísta" - escreve Nêgo Bispo (SANTOS, 2023, pp. 9-10 - supressões nossas).

Esse tipo de hierarquização social, entre o trabalho intelectual e o braçal, só faz sentido dentro de uma cultura colonizada e burguesa. Uma cultura comunitária como a quilombola, baseada no respeito e no compartilhamento, não desenvolve relações

utilitaristas. Já a cultura urbana, colonialista e burguesa, classifica as pessoas como “importantes” ou “úteis”, considerando como pessoas importantes aquelas que podem dispor de muitos serviçais para explorar, fazendo o trabalho braçal que não querem fazer. A população empobrecida, por sua vez, só é valorizada enquanto “útil”, ou seja, na medida em que sua mão-de-obra barata possa ser explorada. Ao contrário, numa vida comunitária e não-utilitarista, em que as pessoas e as relações não estão instrumentalizadas pelo capitalismo, as pessoas são valorizadas enquanto “necessárias”, por fazerem falta. Nas palavras de Bispo:

> Os colonialistas dizem que não temos cultura quando não nos comportamos do jeito deles. Quem não sabe tocar piano ou não sabe o que é música erudita, quem nunca frequentou um teatro, quem não frequenta o cinema, para eles, não tem cultura. Para nós, quem não sabe dançar e cantar no batuque, quem não sabe fazer uma comida, quem não se emociona com a cantiga de um pássaro não tem um modo agradável de viver.
>
> Enquanto o povo da cidade se sentia muito importante, eu, por minha vez, me sentia necessário. Eles, porém, não me viam como alguém necessário, me viam como alguém útil. Para eles eu era um servidor, um serviçal. Eu era útil, mas poderia ser substituído porque não era necessário. Percebi que o povo da cidade tinha relações de utilidade e importância, mas não tinha relações de necessidade. Para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. É aquela pessoa que se acha ótima, mas não serve. O termo que tem valor para nós é necessário. Há pessoas que são necessárias e há pessoas que são importantes. As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas que precisam estar presentes, de quem se vai atrás (SANTOS, 2023, p. 12).

Outro aspecto da vida nas grandes cidades, contra o qual Nêgo Bispo polemiza, é a sua ilusão de autonomia e superioridade, representada pela construção dos condomínios privados murados, repletos de pessoas “importantes”, que ignoram sua dependência estrutural em relação ao trabalho de pessoas que desprezam e em relação ao meio natural com o qual mantém uma relação predatória. Esses grandes empreendimentos de luxo, cercados por muros, câmeras e segurança privada, operam sob a lógica da exclusão, segregando a elite em bolhas artificiais, onde a aparência de autossuficiência se impõe como um símbolo de status.

No entanto, essa autossuficiência é completamente ilusória: os moradores desses enclaves não produzem seu próprio alimento, não constroem suas próprias casas, não prestam os serviços essenciais que mantêm sua rotina: precisam que tudo seja importado de fora, desde os bens materiais até a força de trabalho que limpa, cozinha, cuida e protege. Enquanto isso, nas favelas e nos quilombos, a vida segue conectada à terra, ao trabalho coletivo e às relações comunitárias, estruturando um modo de existência mais resiliente e sustentável. Neste sentido, Bispo escreve provocativamente:

> No debate sobre o asfalto e a favela, costumam dizer que vivemos isolados nas favelas e nos quilombos. Dizemos, então, que as pessoas estão isoladas nos Alphavilles, mas com uma diferença muito valorosa, e lançamos uma provocação em forma de desafio: que tal o povo dos Alphavilles viver apenas com o que está nos Alphavilles, sem precisar de nada de fora, e que tal nós nos quilombos vivermos apenas com o que está nos quilombos? O povo dos Alphavilles diz que somos pobres e eles é que têm recursos, mas quem será que vai ter condições de viver por mais tempo, nós ou o povo dos Alphavilles? (SANTOS, 2023, p. 42).

Os Alphavilles, com sua lógica de isolamento e excesso, são uma expressão da cosmofobia. A produção de lixo em escala é um sintoma da desconexão com o entorno (ambiente), aliada ao consumo desenfreado. Nessas bolhas urbanas, onde tudo deve ser novo, embalado e descartável, acumula-se mais do que o necessário, apenas para ser desperdiçado depois. O lixo, resultado direto dessa mentalidade, não é apenas um resíduo material, mas um sintoma de um sistema que rejeita o envolvimento com os ciclos naturais. Conforme explica Triana:

> Quanto mais se produz para satisfazer a necessidade de produtos novos para substituir os supostamente velhos, mais esses elementos tecnicamente obsoletos vão deixar de ter utilidade e vão ser despejados em algum lugar. Se o crescimento do consumo e da produção é contínuo e acelerado (...) haverá então mais e mais lixo de forma exponencial.
>
> A principal complicação é que temos uma ideia bem curiosa, por não dizer perversa, com relação ao lixo, (...) achamos que o lixo se pode "jogar fora". Só que, literalmente, nada pode ser jogado fora... tudo se transforma (...). Quando "jogamos fora" o lixo, ele não

> some, mas permanece no ambiente e, eventualmente, transforma-se (TRIANA, 2021, p. 30).

No quilombo, ao contrário, nada é lixo porque tudo tem uma função no tempo certo. É nesse contexto que Nêgo Bispo denuncia a cosmofobia como a matriz dessa desconexão. Segundo o autor:

> A cosmofobia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. A cosmofobia também é responsável pelo lixo. Por que existe tanto lixo? Porque as pessoas acumulam mais do que o necessário, e o tempo passa. Elas precisam de certa quantidade de frutos, mas compram mais que o necessário. O desperdício é um resultado da cosmofobia. A cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade (...). Uma das minhas avós e mestra ensinava que aquilo de que a gente não precisa, mas sabe que apodrece, deve ser jogado no quintal. E aquilo que não é mais necessário, mas não apodrece, a gente guarda até o dia em que for necessário. Dessa forma, nada ia para o lixo, não conhecíamos a palavra lixo (...). Mas quando cheguei na cidade e disse: "Olha, isto aqui não presta, não é mais necessário, vou jogar no mato", o povo debochou de mim. Na cidade não havia mato, havia lixo. E no lixo se jogava tudo: o que apodrecia e o que não apodrecia. Tudo misturado (SANTOS, 2023, p. 15).

O espaço urbano é a materialização do humanismo moderno, fundamentado na ideia de "desenvolvimento", um conceito que carrega em si a lógica da separação e da hierarquia entre os seres. O des-envolvimento urbano avança convertendo o que é orgânico em sintético, desconectando as pessoas da terra, das matas, dos rios e de todas as formas de vida que compõem o cosmo. Essa desconexão, apresentada como progresso, é, na verdade, um rompimento radical com a teia de relações que sustentam a existência.

Em oposição a essa visão, a cosmovisão quilombola não se estrutura na lógica do desenvolvimento, mas do envolvimento, uma prática que reconhece e reforça as interdependências entre todos os seres. Para os quilombolas, não se trata de dominar ou modificar a natureza, mas de ser parte dela, respeitando sua diversidade e cultivando um modo de vida que valoriza o equilíbrio e a reciprocidade. Enquanto a cidade desconecta e artificializa, o quilombo conflui e fortalece as relações entre humanos, plantas, animais, águas e espíritos, reafirmando que todos os seres são

necessários e dignos de existir em plenitude. Nas palavras de Nêgo Bispo:

> Humanismo é uma palavra companheira da palavra desenvolvimento (...). Do lado oposto dos humanistas estão os diversais – os cosmológicos ou orgânicos. Se os humanos querem sempre transformar os orgânicos em sintéticos, os orgânicos querem apenas viver como orgânicos, se tornando cada vez mais orgânicos. Para os diversais, não se trata de desenvolver, mas de envolver. **Enquanto nos envolvemos organicamente, eles vão se desenvolver humanisticamente.** A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. **Desenvolvimento é sinônimo de desconectar**, tirar do cosmo, quebrar a originalidade (SANTOS, 2023, p. 16 - destaques nossos).

A polêmica de Nêgo Bispo contra a cidade moderna revela a estrutura colonizada desta, seus aspectos de artificialidade e sua lógica excludente. A crítica contra-colonial ao Humanismo representado pela cultura implicada no modo de vida das grandes cidades capitalistas evidencia a nossa desconexão com a natureza e com o sagrado, nossa ilusão de autonomia, nosso utilitarismo, que tudo instrumentaliza e tudo mata. A lógica urbana do desenvolvimento incentiva o consumo excessivo e a geração de lixo, rompendo os ciclos naturais e reforçando a alienação das pessoas em relação ao próprio espaço e às relações comunitárias. Esse modelo fragmentado e individualista substitui a organicidade da vida pelo monoteísmo do capital, reproduzindo as desigualdades históricas impostas pelo colonialismo.

TABELA 2 - Modo de vida nas cidades capitalistas e nos quilombos segundo Nêgo Bispo

Dimensão	Modo de Vida Urbano Capitalista	Modo de Vida Quilombola
Relação com a vida	Cosmofobia (rejeição à pluralidade dos seres)	Envolvimento com todas as formas de vida
Espiritualidade	Monoteísmo (transcendente, vida monocultural)	Politeísmo (imanente, plural, ligado à natureza)
Organização do espaço	Artificial, segregado, asséptico	Orgânico, conectado, coletivo

Produção de moradia	Mercantilizada, dependente, inacessível	Comunitária, autônoma, baseada em mutirão
Valorização social	Utilitarismo: "importância" e substituibilidade	Necessidade: valor afetivo e comunitário
Relação com o trabalho	Hierarquizada (intelectual > manual)	Igualitária, baseada na utilidade real e no compartilhamento
Sentido do processo econômico	Acumulação, consumo excessivo	Sustentabilidade, uso equilibrado dos recursos
Relação com o ambiente	Dominação, exploração, produção de lixo	Respeito aos ciclos naturais, reaproveitamento, sem desperdício
Ideologia dominante	Desenvolvimentismo (ruptura, crescimento desconectado)	Envolvimento (cuidado, conexão, organicidade)
Ontologia	Sujeito burguês	Diversalidade
Fundamento epistêmico	Humanismo moderno	Cosmologia ancestral

Fonte: autoria própria.

A tabela 2 sintetiza, de forma didática, os contrastes entre o modo de vida urbano capitalista e o modo de vida quilombola, com base no pensamento de Nêgo Bispo. Em relação à **vida**, o urbano opera sob a lógica da *cosmofobia*, rejeitando a diversidade dos seres, enquanto o quilombo promove o *envolvimento* com todas as formas de existência. Na dimensão da **espiritualidade**, o primeiro é regido por um *monoteísmo transcendente* e monocultural, ao passo que o segundo se ancora em um *politeísmo imanente*, plural e integrado à natureza.

A **organização do espaço** urbano é artificial e segregadora, contrastando com a organicidade e coletividade do espaço quilombola. A **moradia**, nas cidades, é mercadoria inacessível e dependente do trabalho alheio; no quilombo, é fruto de trabalho comunitário e autônomo.

Quanto à **valorização social**, a lógica urbana valoriza a *utilidade substituível*, enquanto a quilombola reconhece a *necessidade afetiva e comunitária*. A **relação com o trabalho** é hierarquizada nas cidades, mas igualitária nos quilombos. No que diz respeito ao **processo econômico**, o urbano prioriza *acumulação e consumo excessivo*, enquanto o quilombo promove *sustentabilidade*

e equilíbrio.

Na **relação com o ambiente**, predomina a *exploração e produção de lixo* na cidade, contrastando com o *respeito aos ciclos naturais* no quilombo. A **ideologia dominante** nas cidades é o *desenvolvimentismo*, que rompe com a originalidade, enquanto no quilombo impera o *envolvimento*.

Ontologicamente, o urbano reproduz a *subjetividade burguesa*, enquanto o quilombo sustenta uma *diversalidade* dos seres complementares entre si, em sua integração cósmica. Por fim, o **fundamento epistêmico** urbano é o *humanismo moderno*, colonial e europeu, enquanto o do quilombo é uma *cosmologia ancestral*, enraizada em saberes comunitários quilombolas.

Em síntese, com base na obra de Nêgo Bispo, compreendemos como o modo de vida urbano capitalista é estruturado por uma lógica cosmofóbica e desconectada, profundamente enraizada na colonialidade do ser, do saber e do espaço. Ao longo dos capítulos anteriores, discutimos o direito à cidade como um campo de disputa entre a mercantilização neoliberal e as reivindicações populares, problematizamos a política urbana colonizada e situamos o pensamento contra-colonial como alternativa epistêmica e ontológica à urbanização capitalista.

Neste último capítulo, o contraste com a cosmovisão quilombola revela-se radical: onde a cidade nega a pluralidade da vida, o quilombo afirma o envolvimento com todos os seres; onde impera o monoteísmo utilitarista do capital, floresce uma ética ancestral da reciprocidade e da coletividade. Assim, compreendemos que a crítica contra-colonial à cidade não é apenas uma denúncia das formas históricas de opressão, mas a afirmação de mundos outros - ancestrais e presentes - que sustentam possibilidades de re-existência, reconstruindo o sentido de habitar, viver e conviver para além dos paradigmas coloniais do desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, percorremos diferentes abordagens críticas sobre aspectos da colonialidade da urbanização capitalista, analisando desde o conceito de direito à cidade até a crítica contra-colonial da vida urbana. Ao longo da discussão, argumentamos que a cidade moderna, longe de ser um espaço neutro de convivência, é um território profundamente marcado por relações de poder, controle e exclusão. Mais do que um local de habitação e circulação, a cidade capitalista é um dispositivo que organiza e administra corpos, territórios e recursos em função da lógica do mercado.

Inicialmente, revisamos autores "clássicos" da sociologia urbana para compreender o direito à cidade como uma reivindicação política e social contra o avanço da urbanização neoliberal. Neste contexto, vimos que Lefebvre (2001) denuncia o processo de mercantilização do espaço urbano, que transforma a cidade em um produto negociável e expulsa as populações mais vulneráveis para as periferias. Por sua vez, Neil Brenner (2018) aprofundou essa análise, sublinhando como o capitalismo global converte as cidades em polos estratégicos de acumulação, onde o controle do solo e das infraestruturas atende prioritariamente aos interesses do capital. Nessas condições, o direito à cidade se apresenta como uma luta contínua entre os que buscam habitar e usufruir do espaço urbano e aqueles que instrumentalizam a cidade para a especulação imobiliária e financeira.

Mesmo o planejamento urbano progressista permanece preso à lógica da colonialidade do poder. A própria noção de desenvolvimento urbano, muitas vezes apresentada como sinônimo de progresso e bem-estar, carrega em si a estrutura da dominação colonial. A ideologia do desenvolvimento está intrinsecamente ligada a um modelo de crescimento econômico que prioriza a exploração dos territórios e a acumulação de capital em detrimento das relações comunitárias e do equilíbrio ecológico.

Neste contexto, a crítica contra-colonial de Nêgo Bispo propõe um deslocamento fundamental. Em vez de buscar reformar a cidade e ajustá-la para atender a demandas sociais, Bispo questiona a própria lógica da vida na cidade moderna capitalista. A cidade colonizada e capitalista é criticada por sua lógica de desconexão com a natureza, artificialização da existência e cosmofobia, ou seja, por sua negação das múltiplas manifestações do sagrado na materialidade do mundo.

O pensamento contra-colonial quilombola expõe como o humanismo moderno, base das políticas urbanas progressistas, é ele próprio uma ideologia colonial. O humanismo parte do princípio de que o ser humano está no centro do mundo, separado da natureza e das outras formas de vida, reforçando a artificialidade das relações que caracterizam a vida na cidade. Em oposição a essa lógica, Bispo propõe uma visão diversal, em que os seres humanos não são superiores ou dominantes, mas parte de um sistema vivo de interdependência. Para ele, o verdadeiro desafio não é humanizar a cidade, mas romper com a própria ideia de cidade como estrutura central da organização social.

Data de Submissão: 03/09/2025
Data de Aprovação: 08/09/2025
Processo de Avaliação: *double blind peer review*
Editora Geral: Profa. Dra. Hirdan Katarina de Medeiros Costa
Editores Convidados:
Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior (PPGD-UNIFAP-BRASIL)
Prof. Dr. Omar Huertas Díaz (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA)
Prof. Dr. Diego Moura de Araújo (PPGD-UNIFAP-BRASIL)
Prof. Dr. Nicolau Eladio Bassalo Crispino (PPGD-UNIFAP-BRASIL)
Assistente Editorial: Yanna Maria Lima Leal de Alencar Pedroza

REFERÊNCIAS

ABUD, Marcelo. O que é contracolonial e qual a diferença em relação ao pensamento decolonial?. **Instituto Claro:** Educação. 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/o-que-e-contra-colonial-e-ual-a-diferenca-em-relacao-ao-pensamento-decolonial/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização:** o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigación en sociología urbana.** Buenos Aires: Século XXI editores. 2006.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión Urbana.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno editores, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007. pp. 79-90.

COELHO, Luana Xavier Pinto; CUNHA, Isabella Madruga da. Direito à cidade contra o desenvolvimento. **Revista Direito e Práxis,** v. 11, n. 1, pp. 535-561, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48472>. Acesso em: 07 fev. 2025.

DUSSEL, Enrique. Más allá del eurocentrismo: el sistema-mundo y los límites de la modernidad. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GUARDIOLA-RIVERA, Oscar; MILLÁN DE BENAVIDES, Carmen (orgs.). **Pensar (en) los intersticios:** teoría y práctica de la crítica poscolonial. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1999. pp. 147-161.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Buenos Aires: CLACSO, 2000. pp. 24-33.

HARVEY, David. **Social Justice and the city.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, David. **The urban experience.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser:** contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 117-142.

TRIANA, Yago Quiñones. **A sociedade exponencial:** ensaio sobre o fim da humanidade. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos:** modos e significados. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

Cosmophobic City? A Counter-Colonial Critique of Capitalist Urbanization

Tamires Eidelwein
Gabriel Eidelwein Silveira
Osmar Veronese

Abstract: This theoretical essay reflects on the coloniality of capitalist urbanization, characterized by "cosmophobia", which excludes other cultural ways of living, occupying space, and relating to the environment and the multiplicity of beings inhabiting it. Drawing on the concepts of Lefebvre (2001), Brenner (2018), and Nêgo Bispo (SANTOS, 2023), the text is divided into three parts. First, it discusses the formulation of the right to the city as resistance to neoliberal urbanization and critiques its instrumentalization by the logic of commodification and economic growth. Next, it differentiates between the decolonial scholar critique and the counter-colonial quilombola critique, while exploring the concept of colonization as formulated by Nêgo Bispo. Finally, it examines the counter-colonial critique of capitalist urban life offered by the quilombola thinker, distinguished by cosmophobia and disconnection.

Keywords: Right to the city; Urban development; Counter-coloniality; Cosmophobia.

DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n56.76092

Contend sob license *Creative Commons*: Attribution-Noncommercial-Nonderivative 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

(cc) BY-NC-ND